



**ATA Nº.23/2014**  
**REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA**  
**MUNICIPAL DE BORBA**  
**REALIZADA NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2014**

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu pelas dez horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença dos Senhores vereadores Joaquim dos Santos Paulo Espanhol, Joaquim José Serra Silva, Nelson Trindade de Sousa e Benjamim António Ferreira Espiguinha, sob a Presidência do Senhor António José Lopes Anselmo.-----

Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Coordenadora Técnica, da Câmara Municipal de Borba.-----

**Movimento Financeiro** -----

Foi presente e distribuído o resumo de tesouraria do dia 28 de outubro de 2014 que acusou um total de disponibilidades de 728.402,01 Euros.-----

**-----PONTO 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----**

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião, cumprimentou todos os presentes e informou que, por lapso, o Edital datado de 24 de outubro de 2014, publicitou esta reunião de Câmara, como "Reunião Ordinária Pública". Assim, e um vez ter comparecido público para participar na mesma, de acordo com o nº.2 do artigo 15º. do Regimento da Câmara Municipal de Borba, **o executivo decidiu que a reunião de hoje, dia 29 de outubro de 2014, seja pública.**-----

De acordo com o nº.1 do artigo 9º do Regimento da Câmara Municipal de Borba, em vigor, o Senhor Presidente fixou um período para intervenção aberta ao público, a decorrer no período de antes da ordem do dia, durante o qual serão prestados os esclarecimentos solicitados aos cidadãos presentes.



## **-----Período de Intervenção do Público-----**

O Senhor Presidente deu a palavra ao **Senhor Ângelo João Guarda Verdades de Sá**, que iniciou a sua intervenção, dizendo estar presente nesta reunião com alguma tristeza e mesmo mágoa, pelo facto de ter visto publicado no Edital o ponto 2.8 da Ordem de Trabalhos que prevê a denúncia do contrato de comodato com o Centro Cultural de Borba. -----

Disse que com esta sua intervenção, pretende tecer algumas considerações que lhe parecem importantes para sensibilizar quer o senhor Presidente da Câmara quer os senhores Vereadores sobre este assunto. -----

Informou que desde os seus 16 anos que se sente ligado àquela instituição que sempre funcionou naquele edifício. Foi um edifício que foi recuperado e "*(...) inclusivamente fui eu que trouxe um cheque da Direção Regional do Património de 800 contos, para o 1º arranjo do telhado (...)*", para além disso, apontou outros fatores que fazem daquele edifício um edifício com história:-----

- O Centro Cultural sempre tem tido uma ligação à Banda Filarmónica;-----
- A Biblioteca da Gulbenkian está em Borba graças ao Centro Cultural;-----
- Nas instalações da Gulbenkian ainda hoje existe um espaço destinado à biblioteca do Centro Cultural de Borba;-----
- O Centro Cultural criou: o projeto da Rádio Borba; o jornal; o espólio museológico; o laboratório de fotografia; o ATL e muitas outras atividades; -----

Acrescentou, que no fundo o que mais o magoou, foi o facto de terem tido reuniões há mais de um ano, e nunca ninguém ter tido uma palavra a dizer sobre este assunto à Direção do Centro Cultural.-----

Informou o executivo camarário, que a figura dos contratos de comodato surgiu na sequência de uma inspeção feita à Câmara de Borba em que foram



5

obrigados a fazer o Regulamento de Atribuição de Subsídios e Apoios às Associações/Coletividades sem fins lucrativos do Município de Borba. Como esse Regulamento previa que houvesse cedência de instalações às associações/coletividades, optou-se e para salvaguarda dessas mesmas entidades, por fazer os contratos de comodato, sob boa fé, não havendo a intenção de os vir a rescindir. -----

Terminou esta sua intervenção, dizendo que mesmo havendo outras instalações para o Centro Cultural, isso implicará muito trabalho, investimento e novos projetos, por exemplo, para a mudança da rádio local. *"(...) este é um problema complicado... a menos que haja interesse em que a Rádio feche e isso é outra questão..."*-----

**O Senhor Presidente** disse que a denúncia ao contrato de comodato, não pode ser vista como uma ordem de despejo. A Câmara tem outros contratos de comodato com outras entidades que também terá que definir. Este é o primeiro a surgir uma vez que termina já no final deste ano. Denuncia-se o contrato se a vereação assim o entender, e depois resolvem as coisas como deve ser. O seu objetivo é que todas as instituições tenham condições e que possam servir a população.-----

O Senhor Presidente deu a palavra a mais uma pessoa do público, o **Senhor Rui Manuel Guarda Verdades de Sá**, que questionou o executivo, dizendo que se a ideia é resolver a situação, porque é que não houve uma conversa com a Direção do Centro Cultural antes desta reunião?-----

Disse que não queria acreditar em perseguições individuais, por isso pretendia saber qual o motivo da denúncia do contrato com o Centro Cultural. -----

O **Senhor Presidente** respondeu que tal como dissera na sua anterior intervenção, não se trata de uma ordem de despejo e não existe qualquer tipo de perseguição, simplesmente o contrato de comodato com o Centro Cultural de Borba, é o primeiro a terminar.-----



O Senhor **Ângelo de Sá** pediu novamente a palavra reportando-se a uma parte do teor da proposta feita pelo senhor Presidente *"É intenção do executivo camarário que o espaço objeto do comodato se venha a destinar à instalação de um polo museológico relativo à temática da vinha e do vinho e/ou outras de cariz étnico-cultural de interesse para o Município (...)"* o que em seu entendimento significa que têm que sair dali pois o espaço está destinado para outro fim.

Terminou a sua intervenção, dizendo que de todos os imóveis que a câmara possui, este em termos de acessibilidades e espaço para ser feito um polo museológico alusivo à vinha e ao vinho, é dos mais pequenos. Ao depararem-se com uma proposta desta natureza, nunca poderiam interpretar, e mesmo depois de ouvir a intervenção do senhor Presidente, que o objetivo fosse reunir para se puderem manter lá, antes pelo contrário, o objetivo é tirar de lá o Centro Cultural e instalar um polo museológico. -----

O Senhor **Vereador Joaquim Serra** pediu a palavra dizendo que esta é uma questão delicada, pois para além de envolver associações envolve também o município, no entanto, considera que há um mau entendimento por parte da Direção da Associação em causa. -----

Informou que estes contratos de comodato começaram há 4 anos atrás, sendo o seu prazo de 1 ano. O prazo estendeu-se para 5 anos, devido a uma proposta sua que foi fundamentada no seguinte:-----

1º Permitir que as associações pudessem, dentro do seu espaço, fazer alguns investimentos, com maior estabilidade para funcionar;-----

2º Para que todos os executivos se pudessem debruçar sobre os comodatos, passando de um mandato para o outro, e no início do outro mandato o executivo avaliava e reavaliava os comodatos. É isso que neste momento está a acontecer, e este contrato de comodato é o primeiro a ser avaliado.-----

No entanto, e na sequência da conversa que teve com o Senhor Presidente, antes de agendar este ponto para esta reunião, pensa que seria importante que fossem reavaliados os contratos de comodato com todas as Associações.-



Isto porque poderá haver Associações que têm atividades que necessitem de outro tipo de instalações. Outras, porventura, podem ter reduzido as atividades ou, poderão não ter atividades, e aqui há que ponderar se devem manter, ou não, os contratos de comodato. É neste sentido que surge a proposta em causa, ou seja, para iniciar uma nova fase (uma fase de diálogo) para poderem ver se as instalações servem para aquilo para que foram comodatadas, se as pessoas que lá estão instaladas estão satisfeitas com as próprias instalações, e também para que a Câmara possa acompanhar as instalações que cedeu e o estado em que elas estão.-----

Acrescentou que, enquanto for responsável pela área do associativismo, o que o preocupa é de facto as associações que não têm espaço e precisam dele, não está preocupado em retirar espaços às associações que já os têm e, neste último caso, preocupa-o que tenham condições para funcionar e que esses espaços sejam dignificados e bem utilizados. Não pretende de forma alguma retirar os espaços às instituições, nem criar dificuldades ao funcionamento das mesmas. Outra questão que referiu: *"nunca confundí, nem confundo instituições com pessoas, as pessoas passam mas as instituições ficam. A Câmara tem que estar nesta postura, independentemente de quem seja o Presidente, ou se existem "querelas" entre alguns (..) Entende que (...)as "querelas" entre as instituições não devem existir, e as pessoas devem ter a capacidade de separar aquilo que é o seu pensamento individual daquilo que é o seu posicionamento nas Instituições – é isso que tem que acontecer."*-----

Interveio o senhor **Vereador Benjamim Espiguinha**, dizendo que uma vez que o ponto vai ser discutido mais à frente na Ordem do dia, não se prolongará muito nesta intervenção. Achou importante salientar que o primeiro contrato de comodato a ser denunciado foi com o S.C. Borbense, no entanto, houve diálogo e foi negociado de forma correta. Lamentou que neste caso, as coisas não se tenham passado da mesma forma. -----

O senhor **Rui Sá** pediu novamente a palavra, dizendo que o procedimento que se adotou em relação ao Sport Clube Borbense deveria ter sido também



adotado para o Centro Cultural. Chamou então a atenção do senhor Presidente para "(...)quando se dirige algo e se tem ideia de alguma coisa e se manda fazer a seguir, convém, antes de assinar, ver o que lá está escrito(...)" referindo que, embora a proposta não mencione tratar-se de uma ação de despejo, a ideia é essa, uma vez que o edifício será utilizado para outros fins e "poderá vir a ser cedido ao centro cultural de Borba, outro espaço (...)", mantendo-se a incerteza.-----

Foi dada a palavra ao senhor **Ângelo de Sá**, que disse que da parte do Centro Cultural, sempre houve disponibilidade para fazer atividades em parceria. Chamou a atenção que havendo articulação entre as entidades, se podem fazer muitas atividades conjuntas. -----

Depois de ouvir todas as intervenções, conclui que a proposta que é apresentada, não está bem formulada. Se assim fosse, não teria sido esta a interpretação dada.-----

### **Ponto 1.1 – Assuntos Gerais de Interesse para a autarquia**

O Senhor Presidente perguntou ao restante executivo se tinham algum assunto de geral interesse para a autarquia que pretendessem apresentar.-----

**Usou da palavra o Senhor Vereador Nelson Sousa e**, pelo facto, de ainda não lhe terem sido facultados os elementos solicitados no requerimento apresentado, em reunião de Câmara de 03 de setembro último, no qual fazia referência, para que os mesmos lhe fossem facultados, por escrito, e se possível, até à próxima Assembleia Municipal do mês de Setembro, **apresentou o seguinte protesto:** "Na qualidade de vereador eleito do Partido Socialista venho apresentar o meu protesto por não ter recebido ainda os elementos solicitados por mim, na pessoa do seu Presidente António Anselmo, na reunião de câmara de 3 de setembro."-----



3

Seguidamente colocou as seguintes questões ao Senhor vereador Joaquim Serra:-----

1. Como decorreu a apresentação da Festa da Vinha e do Vinho, na Casa do Alentejo, em Lisboa;-----
2. Qual a data prevista para a divulgação do Programa da Festa porque, lamentavelmente, mais uma vez teve conhecimento, em primeira mão, na Rádio Campanário desde a semana passada;-----
3. Qual o orçamento previsto para a Festa da Vinha e do Vinho e também a previsão da receita;-----
4. Pediu esclarecimento sobre o recrutamento de pessoal para trabalhar na Festa da Vinha e do Vinho, tendo em conta que viu no site do município a informação de que se aceitam inscrições para a prestação de serviços na Festa da Vinha e do Vinho/2014, até 31 de Outubro e que as inscrições serão feitas na Seção de Recursos Humanos do Município. Como foi aprovado em reunião de Câmara anterior o parecer prévio para a prestação de serviços, com uma empresa, gostaria de saber quem fez a contratação de pessoal se essa empresa se o Município.-----

O senhor vereador Joaquim Serra respondeu às questões colocadas pelo senhor vereador Nelson Sousa, pela mesma ordem:-----

1.<sup>a</sup> – Informou que quanto à apresentação da Festa da Vinha e do Vinho na Casa do Alentejo foram cumpridos os objetivos definidos. Contaram com a participação de três expositores de artesanato. O concelho esteve representado com produtores de vinhos, queijos, enchidos, mel, pão, ameixas, etc. No que respeita à representação cultural tiveram o Rancho Folclórico da



Casa da Cultura de Orada que, para além da intervenção que fez na Casa do Alentejo, fez também um desfile nos "Restauradores".-----

Informou ainda que os contactos com a Comunicação Social é que ficaram aquém do que tinham previsto, no entanto, serviu para fazerem as notas de imprensa e divulgarem o evento.-----

Quer as provas dos produtos do concelho, quer as provas de vinhos, correram bem. Considera que foram cumpridos os objetivos traçados. Deram a conhecer a Festa e o respetivo Programa e, acima de tudo na apresentação formal que fizeram, convidaram as pessoas a vir a Borba.-----

**2.<sup>a</sup>** – Relativamente ao Programa da Festa, informou que o mesmo está na gráfica. Fizeram um Pré-Programa que levaram para a Casa do Alentejo sendo lá distribuído e divulgado. A partir daqui começaram também a enviá-lo para a comunicação social, por isso é normal que a Rádio Campanário já tenha feito a divulgação do Programa, pois receberam-no, tal como receberam outros órgãos de comunicação social.-----

**3.<sup>a</sup>** – Quanto ao orçamento, estão a trabalhar dentro daquilo que é o orçamento previsto em termos de Plano de Atividades (50 mil euros). A parte da receita ainda não está prevista, depois as contas serão prestadas.-----

**4.<sup>a</sup>** – Quanto ao pessoal, o procedimento é idêntico ao que foi feito nos últimos anos. A Câmara, através de uma empresa de trabalho temporário, coloca as suas necessidades e essa empresa vai fazer o recrutamento de pessoal. Pediram a possibilidade para que as inscrições fossem feitas na Câmara, facilitando-lhes assim o trabalho. Daí, as inscrições estarem a ser aceites na secção de recursos humanos, mas o recrutamento será feito através dessa empresa. Por isso, não será nenhum contrato direto com a Câmara, mas sim com a empresa, com base na deliberação tomada em reunião anterior.-----

-----  
-----  
-----  
-----



**Borba**  
município



---

## **PONTO 2. ORDEM DO DIA**

---

A Ordem do dia foi a seguinte:-----

**Ponto 2. Ordem do Dia**-----

**Ponto 2.1 – Aprovação da Ata nº20/2014**-----

**Ponto 2.2 – Pedido de Parecer Prévio para Celebração/Renovação de Contratos de Prestação de Serviços:**-----

a) Reparação no Ramo de Serralharia/Mecânica;-----

b) Serviços na Área de Eletricidade/Distribuição;-----

c) Certificação Digital-----

**Ponto 2.3 – Documentos Previsionais:**-----

a) Proposta de Orçamento para o ano de 2015-----

b) Proposta de Grandes Opções do Plano para 2015-2018-----

**Ponto 2.4 – Proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2015**-----

**Ponto 2.5 – Proposta de pedido de autorização à Assembleia Municipal para Contratação de Empréstimo de Curto Prazo para o ano de 2015**-----

**Ponto 2.6 – Proposta de Aprovação de Minuta de Protocolo para Aquisição de Equipamento de Ressonância Magnética Nuclear, para o Hospital de Santa Luzia, em Elvas**-----

**Ponto 2.7 – Adenda – Ação Social Escolar – Ano Letivo 2014/2015**-----

**Ponto 2.8 – Proposta de Denúncia ao Contrato de Comodato celebrado entre o Município de Borba e o Centro Cultural de Borba**-----

**Ponto 2.9 – Protocolo de colaboração para realização em parceria da Exposição "Ciclo do Pão"**-----

**Ponto 2.10 – Atividades da Câmara**-----

---

## **PONTO 2.1 – APROVAÇÃO DA ATA 20/2014**

---

Previamente distribuída por todo o executivo esteve presente a Ata nº.20/2014 que, depois de analisada, foi aprovada por unanimidade.-----



## **PONTO 2.2 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO PARA CELEBRAÇÃO/RENOVAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Na sequência da informação técnica (*que se arquiva em pasta anexa como documento nº 1*), por proposta do Senhor Presidente, a Câmara Municipal deverá deliberar conceder parecer prévio favorável à celebração dos seguintes contratos de aquisição de serviços sujeito ao disposto no n.º 4 do art. 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro:-----

- a) **Reparação no Ramo de Serralharia/Mecânica – Deliberado, por unanimidade**, conceder parecer prévio favorável à celebração do referido contrato;-----
- b) **Serviços na área de Eletricidade/Distribuição – Deliberado, por unanimidade**, conceder parecer prévio favorável à celebração do referido contrato.-----
- c) **Certificação Digital – Deliberado, por unanimidade**, conceder parecer prévio favorável à celebração do referido contrato.-----

## **PONTO 2.3 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS:-----**

### **a) Proposta de Orçamento para o ano de 2015**-----

Previamente distribuída por todo o executivo esteve presente proposta de Orçamento para o ano de 2015, para discussão e análise do Órgão Executivo.-- Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º.1 do artigo 10º da Lei n.º.43/2012, de 28 de agosto, deverá a referida proposta ser remetida à Direcção-Geral das Autarquias Locais (30 dias antes da sua apresentação à Assembleia Municipal) após a aprovação por parte do executivo, de forma que se possam pronunciar sobre a mesma.-----



**Posteriormente**, e conforme estabelecido na alínea c) do n.º.1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º.75/2013, de 12 de setembro, **por proposta do Senhor Presidente a Câmara Municipal deverá submeter a Proposta de Orçamento para o ano de 2015 à aprovação da Assembleia Municipal.**-----

Ficará cópia dos referidos documentos arquivada em pasta anexa com o n.º.2.--

O **senhor Presidente** explicou que este documento é um documento real, um documento de contenção onde se vai tentar acima de tudo cumprir os compromissos assumidos. -----

Interveio o senhor **vereador Nelson Sousa**, dizendo ter algumas questões a colocar relativamente às 4 linhas estratégicas de desenvolvimento. As 4 linhas estratégicas apontadas são abrangentes; têm muita teoria, mas para além de existirem algumas incoerências, fica sem saber em concreto o que é que de facto se pretende fazer. -----

Exemplificou com a segunda linha estratégica de desenvolvimento, "*Aprofundar a democracia*", em que uma das finalidades principais é a valorização da cidadania. Não compreende como é que o projeto descrito para esta linha estratégica, a dinamização do portal web municipal, vai valorizar a cidadania... não vê aqui qualquer lógica. Em sua opinião, valorizar a cidadania seria por exemplo discutir os protocolos com as juntas de freguesia, realizar reuniões com as associações e coletividades do concelho para discussão dos contratos de comodato, ... -----

Na última linha estratégica "*Planeamento, Ecologia e Ambiente*", que tem como finalidade a criação de instrumentos de planeamento e de ordenamento do território, o 1º projeto a aparecer é o Plano de Pormenor de Santa Bárbara. Ao ler a informação, fica sem saber se o plano de pormenor já existe, se está em elaboração, se vai ser modificado, ... -----

O senhor **Vereador Joaquim Serra** interveio, tecendo algumas considerações sobre esta questão. -----



Começou por referir que a parte escrita e descrita do orçamento tem os mesmos problemas dos orçamentos anteriores. Continua a ser vaga e a não ter uma estratégia definida. É necessário alterar a parte escrita, é necessário sistematizá-la, para que seja mais objetiva. Acrescentou, que a estratégia deste município já foi traçada há 12 anos atrás com o excesso de endividamento que sujeitaram o Município, e esse é o problema. Por muito boa vontade que exista, a estratégia não vai para além de pagar dívidas e essa é a estratégia central deste orçamento. Referiu ainda, que não se pode aumentar a dívida, antes pelo contrário, a dívida tem que se reduzir assim como o número de compromissos assumidos e não pagos. Reforçou a ideia, de que as regras cada vez são mais apertadas, e que de acordo com o PAF o orçamento para o ano de 2015 não pode ultrapassar 7 milhões e 400mil euros, e este orçamento é de 7 milhões e 700 mil euros. Terá que se aguardar que a DGAL se pronuncie sobre o mesmo. -----

Acrescentou, que também neste orçamento as grandes rubricas já vêm anteriormente definidas, não são de agora. Ao analisar o resumo das despesas verificou que os passivos financeiros na ordem de 1 milhão de euros sobrecarregam o orçamento, assim como as despesas com pessoal (3 milhões e 200 mil euros). Se somar as despesas de pessoal, com o passivo financeiro e com os juros e outros encargos, mais de 70% do orçamento fica comprometido. A estes valores ainda há que ter em consideração as despesas com a aquisição de bens e serviços, crescendo o montante de cerca de 2 milhões trezentos e setenta mil euros. -----

Terminou esta sua intervenção, dizendo que, a CDU não apresentaria este orçamento, mas também não apresentaria um muito diferente deste. Até se pode ter criatividade e muito boa vontade, mas quando se depara com a verba disponível, muito pouco se pode fazer. A estratégia há muito tempo que está definida e agora só resta "(...) sujeitar, cumprir e esperar que tenha execução o mais rigorosa possível(...)." -----



Pediu a palavra o senhor Vereador **Benjamim Espiguinha**, dizendo que em relação aos documentos previsionais e depois das intervenções proferidas pouco haveria a acrescentar. -----

Este documento, em termos técnicos, está devidamente ajustado ao plano de ajustamento financeiro elaborado pelo partido socialista em 2012. -----

Em relação ao texto do documento, disse concordar com as intervenções dos vereadores Nelson Sousa e Joaquim Serra, acrescentando que “ (...) *estamos balizados por determinados valores e em relação a isso em pouco ou nada podemos fugir (...)*” -----

Disse que a sua preocupação, vai no sentido de saber como é que esta Câmara, este Concelho, pode beneficiar do novo Quadro Comunitário de Apoio. Infelizmente a Câmara tem estado limitada a uma gestão diária, a uma gestão corrente, “(...) *alguém nos trouxe a este caminho e agora em conjunto todos temos que tentar levar o barco a bom porto.*” -----

**Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções, a sua aprovação.** Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Joaquim dos Santos Paulo Espanhol e Joaquim José Serra Silva. Abstiveram-se os Senhores Vereadores Nelson Trindade de Sousa e Benjamim António Ferreira Espiguinha apresentando as seguintes declarações de voto: -----

**Declaração de voto do senhor Vereador Nelson Sousa** “*As Grandes Opções do Plano e o respetivo Orçamento são a expressão financeira da estratégia de intervenção defendida pelo Executivo para o próximo ano de 2015, ou seja, define o rumo que os responsáveis pela sua elaboração traçaram para o futuro do Concelho de Borba*-----

*Pela análise destes documentos e das opções políticas aí plasmadas, afirmamos que não nos revemos na essência destas propostas, não sendo este o nosso Plano e o nosso Orçamento. Neste sentido, o voto do PS e porque não quer ser*



*acusado de ser uma força de bloqueio não poderia ser outro que não um voto abstenção a esta proposta. -----*

*Esta posição está baseada e fundamentada em diversos factos que passamos a expor:-----*

- O processo de construção deste documento não decorre do debate que o mesmo mereceria, durante o qual poderiam ter sido obtidos contributos que o enriquecessem, pois “ o coletivo é maior que a soma das partes” aplicando assim a primeira linha estratégica de desenvolvimento deste orçamento “aprofundar a democracia “.-----*
- As linhas estratégicas de desenvolvimento estão pouco consistentes, pouco fundamentadas e apesar de acreditar nas boas intenções, a maioria delas são a repetição de orçamentos anteriores.-----*
- Este é sem dúvida um Orçamento marcado pela falta de visão de futuro e de ambição.-----*
- A área da ação social não tem a correspondência financeira que se exige num momento de grave crise económica e social que afeta o nosso País e também o nosso Concelho.-----*
- Não queremos deixar de transmitir uma palavra positiva em relação ao investimento previsto no sector da educação, em cuja intervenção nos revemos.-----*
- Para a área do turismo, o investimento previsto reduz-se a um conjunto de ações que já existem à alguns anos e mais alguma atividade avulsa que as associações ou coletividades de concelho pretendam implementar.-----*

*Em conclusão, entendemos que mais poderia e deveria ser feito, consideramos que este orçamento confirma a falta de estratégia e linhas de orientação deste executivo.-----*



*Pelo exposto e pelas diferenças que nos separam em termos das prioridades políticas quanto ao desenvolvimento do Concelho, o PS abstém-se na proposta de GOP's e Orçamento para 2015 apresentada pela maioria MUB/CDU Câmara Municipal de Borba"-----*

**Declaração de voto do senhor Vereador Benjamim Espiguiinha: -----**

*"A exemplo do que sucedeu no ano passado, estes documentos agora apresentados para discussão e votação, enquadram-se mais corretamente naquela que é a realidade financeira do município.-----*

*Longe parecem ir os tempos dos desvarios socialistas, com a apresentação de orçamentos irrealis e claramente exagerados.-----*

*A adesão forçada ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) por parte do executivo do Partido Socialista, condicionou negativamente as futuras opções políticas neste concelho. -----*

*Apesar disso, há sempre alguma margem para fazer algo diferente, daí a razão da minha abstenção neste ponto." -----*

### **b) Proposta de Grandes Opções do Plano para 2015-2018-----**

Previamente distribuída por todo o executivo está presente a proposta de Grandes Opções do Plano para 2015 – 2018, para discussão e análise do Órgão Executivo.-----

Para efeitos do disposto na alínea b) do nº.1 do artigo 10º da Lei nº.43/2012, de 28 de agosto, deverá a referida proposta ser remetida à Direcção-Geral das Autarquias Locais (30 dias antes da sua apresentação à Assembleia Municipal) após a aprovação por parte do executivo, de forma que se possam pronunciar sobre a mesma.-----

Posteriormente, e conforme estabelecido na alínea c) do nº.1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, por proposta do Senhor Presidente a Câmara Municipal deverá submeter a Proposta de Grandes Opções do Plano para 2015-2018 à aprovação da Assembleia Municipal.-----



Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções, a sua aprovação. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Joaquim dos Santos Paulo Espanhol e Joaquim José Serra Silva. Abstiveram-se os Senhores Vereadores Nelson Trindade de Sousa e Benjamim António Ferreira Espiguinha, apresentando as seguintes declarações de voto: -----

**Declaração de voto do senhor Vereador Nelson Sousa: -----**

*“As Grandes Opções do Plano e o respetivo Orçamento são a expressão financeira da estratégia de intervenção defendida pelo Executivo para o próximo ano de 2015, ou seja, define o rumo que os responsáveis pela sua elaboração traçaram para o futuro do Concelho de Borba-----*

*Pela análise destes documentos e das opções políticas aí plasmadas, afirmamos que não nos revemos na essência destas propostas, não sendo este o nosso Plano e o nosso Orçamento. Neste sentido, o voto do PS e porque não quer ser acusado de ser uma força de bloqueio não poderia ser outro que não um voto abstenção a esta proposta. -----*

*Esta posição está baseada e fundamentada em diversos factos que passamos a expor:-----*

- *O processo de construção deste documento não decorre do debate que o mesmo mereceria, durante o qual poderiam ter sido obtidos contributos que o enriquecessem, pois “ o coletivo é maior que a soma das partes” aplicando assim a primeira linha estratégica de desenvolvimento deste orçamento “aprofundar a democracia “.-----*
- *As linhas estratégicas de desenvolvimento estão pouco consistentes, pouco fundamentadas e apesar de acreditar nas boas intenções, a maioria delas são a repetição de orçamentos anteriores.-----*
- *Este é sem dúvida um Orçamento marcado pela falta de visão de futura e de ambição.-----*



- *A área da ação social não tem a correspondência financeira que se exige num momento de grave crise económica e social que afeta o nosso País e também o nosso Concelho.*-----
- *Não queremos deixar de transmitir uma palavra positiva em relação ao investimento previsto no sector da educação, em cuja intervenção nos revemos.*-----
- *Para a área do turismo, o investimento previsto reduz-se a um conjunto de ações que já existem à alguns anos e mais alguma atividade avulsa que as associações ou coletividades de concelho pretendam implementar.*-----

*Em conclusão, entendemos que mais poderia e deveria ser feito, consideramos que este orçamento confirma a falta de estratégia e linhas de orientação deste executivo.*-----

*Pelo exposto e pelas diferenças que nos separam em termos das prioridades políticas quanto ao desenvolvimento do Concelho, o PS abstém-se na proposta de GOP's e Orçamento para 2015 apresentada pela maioria MUB/CDU Câmara Municipal de Borba*"-----

**Declaração de voto do senhor Vereador Benjamim Espiguiha:** -----

*"A exemplo do que sucedeu no ano passado, estes documentos agora apresentados para discussão e votação, enquadram-se mais corretamente naquela que é a realidade financeira do município.*-----

*Longe parecem ir os tempos dos desvarios socialistas, com a apresentação de orçamentos irrealis e claramente exagerados.*-----

*A adesão forçada ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) por parte do executivo do Partido Socialista, condicionou negativamente as futuras opções políticas neste concelho.* -----



*Apesar disso, há sempre alguma margem para fazer algo diferente, daí a razão da minha abstenção neste ponto". -----*

## **PONTO 2.4 – PROPOSTA DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2015**-----

O Mapa de Pessoal para o ano de 2015 comporta o número de postos de trabalhos de que o Município carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, em conformidade com o disposto no n.º.2 do artigo 29.º. da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. Contudo, o preenchimento dos postos de trabalho previstos no respetivo mapa apenas ocorrerá na medida em que não se questione o cumprimento da redução do número de trabalhadores, relativos a 31/12/2014, que venha a ser imposta pela LOE/2015.-----

**Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º.1 do artigo 10.º da Lei n.º.43/2012, de 28 de agosto, deverá a referida proposta ser remetida à Direcção-Geral das Autarquias Locais (30 dias antes da sua apresentação à Assembleia Municipal) após a aprovação por parte do executivo, de forma que se possam pronunciar sobre a mesma.**-----

**Posteriormente, e conforme estabelecido na alínea c) do n.º.1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º.75/2013, de 12 de setembro, por proposta do Senhor Presidente a Câmara Municipal deverá submeter a Proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2015 à aprovação da Assembleia Municipal.**-----

O senhor **Vereador Joaquim Serra** pediu a palavra, dizendo não estar de acordo com a maneira como este mapa é apresentado. De acordo com este mapa, a Câmara em 31/12/2014 terá 139 trabalhadores. Por imposição legal (Orçamento de Estado 2015) será obrigada a reduzir 2% desses trabalhadores, ficando no final de 2015 com 136. Mas segundo este mapa, o número de postos de trabalho previstos ocupar em 31/12/2015, será 151, ou seja, mais 15 trabalhadores que o previsto. -----



Face ao acima exposto, disse que se está a violar o Orçamento de Estado e não pode estar de acordo com isto. -----

O que se deveria estar aqui a discutir seria a forma de se conseguir continuar a desenvolver os trabalhos e a atividades da câmara, não com 139 mas com 136 trabalhadores -----

Acrescentou que é uma ilusão pensar que se vai conseguir resolver o problema de pessoas que já estão a trabalhar nesta Câmara há muitos anos e que a câmara as considera importantes, mas não se pode continuar a iludir essas pessoas dando-lhes a entender que se vai conseguir resolver o problema. Por muito que se queira, a boa vontade não resolve tudo. Se não houver uma mudança de Governo que traga novas perspetivas para a resolução destes problemas, mais cedo ou mais tarde terá que haver alguém com coragem para chamar essas pessoas e lhes dizer que o seu tempo aqui acabou... -----

Reafirmou que o mapa de pessoal aqui apresentado, é uma ilusão, e nesta base, a câmara será penalizada na retenção das verbas que foram pagas aos trabalhadores que ultrapassaram o limite definido. -----

O senhor **Presidente** interveio dizendo que não se trata de uma questão de ilusão mas sim de uma questão de intenção, e se houver necessidade de chamar as pessoas e dizer-lhes o que se está a passar, será ele a fazê-lo.

**Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com dois votos a favor e três abstenções, a sua aprovação.** Votaram a favor o Senhor Presidente e o Senhor Vereador Joaquim dos Santos Paulo Espanhol. Abstiveram-se os Senhores Vereadores Joaquim José Serra Silva, Nelson Trindade de Sousa e Benjamim António Ferreira Espiguinha.-----



## **PONTO 2.5 – PROPOSTA DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO PARA O ANO DE 2015-----**

Presente informação do Chefe de divisão (que ficará arquivada em pasta anexa como documento n.º. 3) que informa o seguinte:-----

Pretende a Câmara Municipal de Borba contrair empréstimo de curto prazo para fazer face a eventuais dificuldades de tesouraria, que possam vir a ocorrer durante o ano de 2015.-----

Para o efeito, em reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Borba, de 17 de setembro de 2014, foi deliberado solicitar propostas relativas às condições de financiamento do referido empréstimo de curto prazo (no montante máximo de € 250.000,00), a pelo menos três instituições de crédito.

(...) Atendendo ao deliberado pela Câmara Municipal de Borba, na sua reunião ordinária, acima referida, a Divisão de Administração e Finanças (DAF) solicitou a apresentação de propostas a todas as instituições de crédito onde detém contas bancárias, nomeadamente:-----

- Caixa Geral de Depósitos; Banco Santander Totta; Millennium BCP; Crédito Agrícola; Novo Banco e Banco Português de Investimento.-----

Estas solicitações de propostas foram apresentadas tendo como limite para apresentação das mesmas, as 16:30 horas do dia 30 de setembro de 2014.

(...) Finda a data limite para apresentação de propostas, conclui-se que foram apresentadas 3 propostas de financiamento, pertencentes às seguintes instituições de crédito:-----

- NB - Novo Banco;-----
- CGD - Caixa Geral de Depósitos;-----
- BST - Banco Santander Totta.-----



(...) Da análise efetuada às propostas apresentadas e atendendo ao interesse pelas condições mais favoráveis ao Município, foi elaborado relatório de análise de propostas, para efeitos de adjudicação (leia-se contratação de empréstimo), concluindo-se propor a seguinte ordenação das mesmas:-----

1. **Banco Santander Totta** - Euribor a 3 meses acrescida de *spread* de 1,50%, com isenção total de comissões e de garantias e sem exigências adicionais;-----
2. **Caixa Geral de Depósitos** - Euribor a 6 meses acrescida de *spread* de 2,00%, com comissão de processamento no montante de € 4,00 por prestação, com prestação da garantia de dedução às transferências, prevista no art.º 39º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e sem exigências adicionais;-----
3. **Novo Banco** - Euribor a 3 meses acrescida de *spread* de 3,00%, com comissão de montagem de 0,25% e comissão de imobilização de 0,25% a.a., com prestação das garantias previstas na Lei das Finanças Locais e com exigências adicionais (nomeadamente a passagem dos fundos do OGE pelo Novo Banco);-----

O relatório de análise de propostas foi proposto ao Sr. Presidente da Câmara, tendo o mesmo dado despacho de aprovação, pelo que se deu sequência ao período de audiência prévia dos interessados (leia-se instituições de crédito que apresentaram propostas), nos termos do previsto no **art.º 101º do Código do Procedimento Administrativo (CPA)**, nomeadamente:-----

- Banco Santander Totta;-----
- Caixa Geral de Depósitos;-----
- Novo Banco,-----

Findo o período de audiência prévia, sem que nenhuma das instituições de crédito tenha reclamado do relatório de análise de propostas, proponho dar seguimento ao procedimento, de forma a ser possível cumprir com o disposto no n.º 2 do art.º 50º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que estabelece que



*"(...) a aprovação de empréstimos a curto prazo pode ser deliberada pela assembleia municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento, para todos os empréstimos que o município venha a contrair durante o período de vigência do orçamento".-----*

Face ao exposto, e de acordo com a referida informação, **o Senhor Presidente propõe que a Câmara Municipal delibere**, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o previsto no n.º 5 do art.º 49.º e do n.º 2 do art.º 50º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, **solicitar à Assembleia Municipal, autorização para contratação de empréstimo de curto prazo para o ano de 2015, até ao montante máximo de € 250.000,00 ao Banco Santander Totta.**-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

## **PONTO 2.6 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE MINUTA DE PROTOCOLO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA NUCLEAR, PARA O HOSPITAL DE SANTA LUZIA, EM ELVAS**-----

Presente informação do Chefe de divisão *(que ficará arquivada em pasta como documento n.º.4)* que informa o seguinte:-----

Pretende a Câmara Municipal de Borba apoiar a aquisição de um equipamento de ressonância magnética nuclear, para o Hospital de Santa Luzia, de Elvas, através da celebração de protocolo conjunto com "O Coração Delta – Associação de Solidariedade Social" e os "Municípios de Arronches, Campo Maior, Elvas, Monforte, Sousel, Alandroal, Borba, Estremoz e Vila Viçosa" e a "Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano".-----

Para efeitos de celebração do referido protocolo, foram realizadas algumas reuniões, com a participação de representantes das diversas entidades



envolvidas, tendo ficado a cargo da Câmara Municipal de Campo Maior, a proposta de minuta de protocolo a celebrar.-----

A Câmara Municipal de Campo Maior procedeu ao envio da proposta de minuta de protocolo (documento anexo), tendo solicitado às restantes entidades envolvidas, que procedam à sua aprovação e assinatura, de forma a poderem dar continuidade ao processo.-----

(...) Assim, por via da referida minuta de protocolo os outorgantes estabelecem um compromisso firme destinado a permitir a aquisição do equipamento de RMN e assumem os apoios financeiros necessários.-----

Relativamente à aquisição do equipamento de RMN importa referir que "O Coração Delta – Associação de Solidariedade Social" fica com a obrigação (n.º 2 da cláusula 2.ª), entre outras, de apresentar uma candidatura destinada a assegurar o financiamento do equipamento, uma vez que é beneficiária do Eixo Prioritário 2 - Valorização do Espaço Regional – Saúde.-----

O custo total estimado do equipamento de RMN (n.º 1 da cláusula 3.ª) é de aproximadamente € 800.000,00 (montante máximo a candidatar), prevendo-se uma contrapartida financeira (n.º 2 da cláusula 3.ª) do INALENTEJO no montante de € 680.000,00 (85% do montante elegível). A contrapartida nacional correspondente aos restantes 15% e o valor não elegível na candidatura será assegurada de acordo com o quadro constante na referida informação.-----

(...) Face ao exposto, e de acordo com a referida informação, **o Senhor Presidente propôs que a Câmara Municipal de Borba delibere**, no uso da competência prevista na alínea u) do art.º 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **aprovar a minuta de protocolo para aquisição de equipamento de ressonância magnética, para o Hospital de Santa Luzia, de Elvas.**

**Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.**-----



**Borba**  
município

## **PONTO 2.7 – ADENDA – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ANO LETIVO 2014/2015**

Na sequência da informação técnica (que ficará arquivada em pasta como documento nº.5) deram entrada no Balcão Único do Município de Borba mais seis processos referente a Ação Social Escolar, até dia 22 de outubro de 2014.-- Assim, os valores propostos para aprovar nesta adenda são os seguintes:-----

### **SUBSÍDIO PARA MATERIAL ESCOLAR**

	Escalão A	Escalão B	Valor
Borba	0	37.50 €	37.50€
Total	0	37.50 €	<b>37.50 €</b>

No **escalão B** será contemplado 1 aluno, num total máximo de **37.50 €**.

### **SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO – E.B. 1**

	Escalão A	Escalão B	Valor
Borba	2	1	542.39 €
Total	2	1	<b>542.39 €</b>

No **escalão A** será contemplado 1 aluno, pelo período de 152 dias de atividade letiva, num total máximo de **221,92 €**.-----

No **escalão A** será contemplado 1 aluno, pelo período de 142 dias de atividade letiva, num total máximo de **207.32€**.-----

No **escalão B** será contemplado 1 aluno, pelo período de 155 dias de atividade letiva, num total máximo de **113.15€**.-----



### SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO - PRÉ-ESCOLAR

	Escalão A	Escalão B	Valor
Borba	2	0	477,42 €
Rio Moinhos	1	0	248,20 €
Total	3	0	725,62 €

No **escalão A** será contemplado 1 aluno, pelo período de 170 dias de atividade letiva, num total máximo de **248,20 €**.....

No **escalão A** será contemplado 1 aluno, pelo período de 157 dias de atividade letiva, num total máximo de **229,22 €**.....

No **escalão A** será contemplado 1 aluno, pelo período de 170 dias de atividade letiva, num total máximo de **248,20 €**.....

Face ao exposto, o Senhor Presidente propôs que os valores totais a aprovar no âmbito da Ação Social Escolar para o Ano Letivo 2014/2015 passem a ser os seguintes:.....

	Aprovado em Reunião de Câmara de 12/09/2014	Aprovado em Reunião de Câmara de 01/10/2014	A aprovar em Reunião de Câmara de 29/10/2014	Total
Subsídio para material escolar - 1º. Ciclo	5.175,00 €	787,50 €	37,50 €	6.000,00 €
Subsídio de Alimentação - 1º. Ciclo	16.823,58 €	2.560,11 €	542,39 €	19.926,08 €
Subsídio de Alimentação - Pré-Escolar	4.915,82 €	2.790,06 €	725,62 €	8.431,50 €
Total	26.914,40 €	6.137,67 €	1.305,51 €	34.357,58 €

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação. ....



## **PONTO 2.8 – PROPOSTA DE DENÚNCIA DE CONTRATO DE COMODATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BORBA E O CENTRO CULTURAL DE BORBA-----**

Presente proposta do Senhor Presidente que se transcreve: "Considerando que: "Foi entre o Município de Borba e o Centro Cultural de Borba celebrado, em 20 de outubro de 2010, contrato de comodato, pelo qual o primeiro cedeu ao segundo o prédio urbano sito na Rua Fernão Penteado, n.º 20, descrito na competente Conservatória do Registo Predial sob o n.º 01386/970123 e inscrito na matriz predial sob o artigo 430 – Freguesia da Matriz, de que é proprietário;-

- Prevê a cláusula 8.ª do referido contrato, que o comodato durará por 5 anos, contados de 1 de janeiro de 2010, sendo automaticamente renovável se nenhuma das partes o denunciar com uma antecedência de 60 dias relativamente ao seu termo, que se verificará, assim, no dia 1 de janeiro de 2015;-----

- O imóvel comodatado encontra-se a ser usado, ao abrigo do contrato em questão, como sede do Centro Cultural de Borba;-----

- A promoção de uma gestão eficiente e eficaz dos equipamentos e instalações integrados no património do Município, norteadada pela prossecução do interesse público, aconselha a que se proceda à denúncia do contrato de comodato, regressando o espaço em causa à posse e, conseqüente, disponibilidade do Município;-----

- É intenção do executivo camarário que o espaço objeto do comodato se venha a destinar à instalação de um polo museológico relativo à temática da vinha e do vinho e/ou outras de cariz étnico-cultural de interesse para o Município;-----

- Poderá vir a ser cedido ao Centro Cultural de Borba, outro espaço de que a autarquia seja proprietária, para instalação da respetiva sede;-----

Assim, **propôs à Câmara Municipal de Borba que**, no exercício da competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º



75/2013, de 12 de setembro e, ao abrigo do disposto na cláusula 8.<sup>a</sup> do contrato de comodato celebrado entre o Município de Borba e o Centro Cultural de Borba, em 20 de outubro de 2010, delibere denunciar o referido contrato, com efeitos no seu termo."-----

A referida proposta ficará arquivada em pasta anexa como documento nº.6.-----

Pedi a palavra o senhor **Vereador Nelson Sousa**, dizendo que na sua opinião deveria ter havido uma reunião com a direção do Centro Cultural de Borba, não concorda com a ideia de primeiro denunciar o contrato e depois então reunir e falar. Existem aqui procedimentos que o executivo tem que alterar de maneira a torná-los mais transparentes e claros, dando como exemplo a elaboração dos acordos de execução com as Juntas de Freguesia.

Acrescentou, que se esta denúncia ao contrato de comodato for aprovada, irá diluir completamente o orçamento no que se refere à 2.<sup>a</sup> e à 3.<sup>a</sup> linha estratégia de desenvolvimento das Grandes Opções do Plano e Orçamento (Aprofundar a Democracia e Justiça Social).-----

Terminou esta sua intervenção, dizendo que se nota neste executivo uma falta de planeamento especialmente no que diz respeito aos "timings"-----

O senhor Vereador **Benjamim Espiguinha** disse que, no seguimento das breves palavras que teve no período de intervenção do público, manifestava a sua opinião de que as coisas não foram bem executadas. Concordou com a opinião do senhor Vereador Nelson Sousa, na medida em que primeiro deveria ter havido diálogo e só depois seriam tomadas as decisões.-----

Mostrou-se confuso, com a intervenção do senhor Presidente " (...) *porque o que o senhor Presidente escreveu, não bate certo com o que disse (...)*", na proposta que é apresentada fica a ideia de que há de facto um despejo. Fica a aguardar um esclarecimento por parte do senhor Presidente.-----

Acrescentou que nada tinha contra a criação do museu, mas sim contra a falta de diálogo.-----



O senhor **Vereador Joaquim Serra** disse concordar que deveria haver outra forma de tratamento deste assunto para que a direção do Centro Cultural não fosse surpreendida e não suscitasse tantas dúvidas sobre o que poderia vir a acontecer. Disse que esperava que toda esta situação seja o início de um novo processo de relacionamento da Câmara com o Centro Cultural, que seja um ajustamento das situações e que nunca evolua para situações como as que se estão a levantar. Reafirmou que terá que haver entendimento e conversações. Terminou dizendo que está disponível para votar favoravelmente esta proposta, consciente de que ela é para melhorar e não para criar dificuldades. -----

Usou da palavra o senhor **Vereador Joaquim Espanhol**, dizendo que quando reuniu com o senhor Presidente sobre este ponto da Ordem de Trabalhos, ficou esclarecido que esta situação não seria para retirar o Centro Cultural daquelas instalações, mas também não pode deixar de concordar que o documento que é aqui apresentado pode levar a essa interpretação. -----

O **senhor Presidente** referiu que foi muito claro em relação ao que disse. Quanto ao documento escrito assinou-o e responsabiliza-se por isso. -----  
Espera que " (...) *hoje seja o primeiro dia do resto da conversa que têm que ter entre todos.*" Terminou a sua intervenção dizendo que acima de tudo o que deseja é que Borba ganhe com as instituições e associações. Pediu ao senhor Vereador Joaquim Serra, que após a realização da Festa da Vinha e do Vinho marque uma reunião com a direção do Centro Cultural na qual também quer estar presente. -----

**Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com três votos a favor e dois votos contra, a sua aprovação.** Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores vereadores Joaquim dos Santos Paulo Espanhol e Joaquim José Serra Silva. Votaram contra os senhores Vereadores Nelson Sousa e Benjamim Espiguiinha, tendo apresentado as seguintes **declarações de voto:** -----



**Declaração de voto do senhor Vereador Nelson Sousa:** -----  
*“Voto contra este ponto, porque o atual executivo apresenta uma proposta de denúncia de um contrato de comodato com o Centro Cultural de Borba sem ter informado, analisado e discutido o assunto com a direção do mesmo, demonstrando mais uma vez pouca cultura democrática e pouca consideração pelos valores da cidadania e associativismo.”*-----

**Declaração de voto do senhor Vereador Benjamim Espiguinha:**-----  
*“A exposição feita pelo Sr. Presidente e pelos Vereadores com Pelouros, nada tem a ver com o documento de apoio que me foi entregue antes desta reunião.-----  
Se era apenas para rever o Contrato de Comodato, não faz sentido que não tivesse havido uma reunião prévia com a Direção do Centro Cultural de Borba (CCB), e muito menos faz sentido que tal intenção não tivesse ficado expressa no referido documento de apoio. -----  
Sou contra a deslocalização do Centro Cultural de Borba do atual edifício, a menos que, por acordo entre o Município e a Direção do CCB, venha a surgir um espaço que sirva ambas Instituições.-----  
Nada tenho a opor a uma renegociação do Contrato de Comodato desde que haja diálogo entre as partes, o que não aconteceu. Da forma como me foi apresentada esta questão, parece claro haver apenas a intenção de “despejo” das atuais instalações, razão pela qual voto **Contra** esta proposta.”*-----

## **PONTO 2.9 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA REALIZAÇÃO, EM PARCERIA, DA EXPOSIÇÃO “CICLO DO PÃO”**-----

Presente informação do Gabinete de Apoio Jurídico (que se arquiva em pasta anexa como documento nº.7) informando que é intenção do executivo camarário realizar, em parceria, com a Casa da Cultura da Orada, a exposição “Ciclo do Pão”, nos dias 1 e 2 de novembro de 2014.-----

5



De acordo com o disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal "apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município (...)"-----

Tendo em conta que evento, sendo de caráter cultural e recreativo, se revestem de interesse para o município, visto contribuir para a dinamização sociocultural do concelho, pode o mesmo ser apoiado pela autarquia.-----

Por forma a que fiquem definidos, com clareza, os contornos do apoio a prestar pelo município, deverá a realização, em parceria, do evento em causa, ser objeto de protocolo a celebrar entre as partes envolvidas, que elenque, com rigor, os deveres que sobre as mesmas recaem.-----

**Assim, e de acordo com a referida informação, o Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal de Borba que, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere realizar, em parceria com a Casa da Cultura da Orada a exposição "Ciclo do Pão", nos termos definidos no respetivo Protocolo de Colaboração anexo à presente informação.**-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

## **PONTO 2.10 – ATIVIDADES DA CÂMARA**

O Senhor Presidente informou que, para além das atividades normais de funcionamento e gestão, desde a última reunião de Câmara, participou em algumas reuniões e iniciativas, nomeadamente:-----

- ✓ Reunião na CIMAC;-----
- ✓ Reunião com as Águas do Centro Alentejo;-----
- ✓ Reunião da Assembleia Geral da EDC; -----



O vereador Joaquim Espanhol, relativamente aos seus pelouros, prestou as seguintes informações:-----

### Freguesia Matriz

- **Edifícios**
  - Serviços de carpintaria em instalações municipais-----
  - Reparação de infiltrações no edifício do Mercado Municipal (Café Café)--
  - Limpeza de algerozes em edifícios municipais, nomeadamente, restaurante do Jardim e Pavilhão de Eventos; -----
  - Conclusão da remodelação de vãos de janela junto á entrada da Porta do Castelo -----
  - Continuação de pinturas no cemitério municipal; -----
- **Arranjos exteriores**
  - Reparação de diversos pontos de calçada em Borba; -----
  - Apoio de topografia para estacionamento junto da ermida de Sta Bárbara; -----
  - Pintura do campo de futebol 7 no relvado sintético municipal; -----

### Freguesia Rio Moinhos

- **Arranjos exteriores;** -----
  - Colocação de materiais para execução do Parque Infantil de Barro Branco. Apoio de topografia no mesmo local; -----
  - Colocação de massas betuminosas em vias rodoviárias da Freguesia; ---
  - Serviço de jardinagem no loteamento da Nave – Nora, incluindo monda, podas de arbustos e aplicação de herbicidas em calçadas; -----

### Freguesia Orada

- **Infraestruturas**
  - Limpeza de caleiras para escoamentos pluviais; -----



-Reparação de pavimentos com massas betuminosas em arruamentos da freguesia;-----

### Diversos

- Serviços habituais de limpeza de arruamentos e recolha de monos e resíduos diversos; -----
- Serviço de varredura mecânica na sede de Concelho; -----
- Desmatação e limpeza pelos Sapadores em diversas zonas do concelho, especialmente na ribeira de Santiago Rio de Moinhos; -----
- Colocação de herbicida em diversos locais da cidade; -----
- Mudança de mesas e cadeiras para evento de colecionadores que decorreu no pavilhão municipal; -----
- Reparações de roturas em vários pontos do concelho, nomeadamente em Rio de Moinhos e Orada; -----

- Desobstrução de rede de esgotos, com reposição de pavimento no Loteamento da Chalé, Rua 13 de Janeiro e Horta do Rossio; -----
- Continuação dos trabalhos de limpeza de valetas em vias rodoviárias do concelho, EM 506-1, antiga EN255 e EM508-3; -----
- Limpeza de caleira na Estrada das Cortes; -----

O senhor vereador Joaquim Serra, relativamente aos seus pelouros fez referência:-----

- Preparação da Festa da Vinha e do Vinho que nas suas variadas vertentes tem ocupado bastante tempo, desde a preparação do programa até às cedências dos espaços,...

Informou que o programa está nesta reunião para ser distribuído por todos os membros. Para além do cartaz e dos pendões que já estão afixados, informou que este ano conseguiram através da reunião que tiveram com a Turismo do Alentejo, que esta entidade, enquanto organizadora, patrocinasse algumas



despesas desta Festa da Vinha e do Vinho, que não sendo uma receita da Festa, traduzir-se-á numa menor despesa. Informou que os custos da elaboração e distribuição dos pendões da Festa serão imputados à Turismo do Alentejo assim como a organização da Feira de Vinhos. -----

Continuando a sua intervenção, fez referência ao facto do espaço ser cada vez mais curto face às necessidades que os expositores apresentam. Existe um grande número de expositores, teve que ser feita alguma seleção relativamente áquilo que é o artesanato, uma vez que é o setor que apresenta mais procura de espaços. Nos produtos regionais a procura de espaço não tem sido muita, sendo da opinião que se terá que trabalhar mais essa vertente. Relativamente aos produtores de vinho, informou que iriam ultrapassar os números dos últimos anos.-----

Referiu que esta é a 23ª Edição da Festa de Vinha e do Vinho e que obviamente se espera que venha a correr bem. Fez uma breve descrição do programa destacando a vertente do folclore que julga ser importante manter nesta Festa.

Para além da parte do folclore, está também prevista a presença de alguns grupos de cantares do Alentejo incluídos na iniciativa do Cante Alentejano e de um encontro de saias. Explicou ainda, que acharam por bem que no ano do falecimento do conterrâneo João Rita, se fizesse uma noite de fados em sua homenagem, até pela disponibilidade que ele sempre teve desde a realização da 1ª Festa em participar no elenco dos fados. -----

Com as entradas livres, espera-se que mais pessoas venham visitar Borba e a Festa da Vinha e do Vinho e que obviamente a mesma seja um sucesso. -----

- Divulgação da Festa da Vinha e do Vinho na Casa do Alentejo. Para além de representar o Alentejo na capital e de ter uma excelente localização, passam por ali centenas de visitantes que puderam através desta iniciativa, conhecer também os produtos da nossa região. -----
- Reformulação do projeto da Oficina da Criança. Explicou que como nos últimos anos a Oficina da Criança tem vindo a perder alguma afirmação enquanto projeto e enquanto espaço, tendo as AEC'S também



contribuído para lhe retirar alguma importância, é objetivo deste executivo retomar o projeto da Oficina da Criança, reinstalando-a no espaço agora livre, onde funcionava a escola primária "de cima"; -----

- Realização da Mostra de Colecionismo no Pavilhão, que contou com a colaboração da câmara municipal tendo sido feito o respetivo Protocolo de Colaboração. De uma maneira geral esta iniciativa correu bem.-----

Antes de dar a reunião por encerrada, o Senhor Presidente procedeu à leitura das deliberações aprovadas em minuta, que foram aprovadas por unanimidade e ficarão arquivadas em pasta anexa.-----

## -----ENCERRAMENTO-----

Por não haver mais nada a tratar, o Senhor Presidente deu a reunião por encerrada, pelas treze horas da qual se lavrou a presente ata, composta por trinta e quatro páginas que por ele vai ser assinada, e por mim, Maria Alexandra Pereira Abelho Cordeiro, assistente técnica, que a redigi.-----

O Presidente da Câmara

A Assistente Técnica